

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE DIREITO**

**KAROLINE LUIZ CALEGARI**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS  
UNIVERSIDADES**

**CRICIÚMA**

**2012**

**KAROLINE LUIZ CALEGARI**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS  
UNIVERSIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado para obtenção do grau de  
Bacharel no curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof. Anamara Souza

**CRICIÚMA**

**2012**

**KAROLINE LUIZ CALEGARI**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS  
UNIVERSIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
aprovado pela Banca Examinadora para  
obtenção do Grau de Bacharel no Curso  
de Direito da Universidade do Extremo  
Sul Catarinense, UNESC, com Linha de  
Pesquisa em Filosofia do Direito e Ciência  
Política.

Criciúma, 16 de novembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. (a) Anamara Souza - Msc. - UNESC - Orientadora

Prof. (a) Renise Terezinha Melillo Zaniboni - Esp. – UNESC

Prof. Fabrizio Guinzani - Esp. - UNESC

**Aos meus pais, minha irmã, namorado  
e pessoas queridas, por todo amor,  
incentivo e dedicação.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer a Deus: pela força de vontade, paz e paciência.

Aos meus pais, que além do incentivo, me ensinaram valores essenciais, como honestidade e perseverança.

A minha irmã, que é meu porto seguro e fonte de sabedoria, amor e carinho.

Aos meus colegas de faculdade, que viraram grandes amigos, e que dividiram alegrias, anseios, e até mesmo tristezas, que ficarão sempre guardadas na memória e no coração.

Ao meu namorado, Gilson Napolini, por todo amor, paciência e compreensão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos professores que contribuíram de forma decisiva com a minha formação acadêmica. Em especial, a minha querida orientadora, professora Anamara Souza, pela compreensão nas horas em que mais precisei.

**“O homem é o lobo do próprio  
homem.”**

**Thomas Hobbes.**

## RESUMO

O presente estudo se fez por via do método de pesquisa dedutivo, em pesquisa do tipo qualitativa, teórica, com emprego de material bibliográfico e documental. Este estudo tem como objetivo discorrer sobre a participação feminina no movimento estudantil, e da relevância desta participação na sociedade. Após uma análise conceitual, histórica e social sobre princípios como o da Igualdade, e a Teoria Feminista se fez necessário um estudo sobre o Movimento Estudantil, devidamente presente neste trabalho. Através da análise supra, verificou-se o legado e o reflexo deste movimento no contexto social.

**Palavras-chave:** Igualdade. Teoria Feminista. Movimento Estudantil. Participação Feminina. Reflexo Social.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Art. Artigo

Ed. Edição

CEB. Conselho Nacional dos Estudantes

UNE. União Nacional dos Estudantes

ME. Movimento Estudantil



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>2 IGUALDADE .....</b>	<b>12</b>
2.1 A IGUALDADE NO ESTADO LIBERAL E SUA FORMALIDADE .....	12
2.2 O COMUNITARISMO .....	16
2.3 O COMUNITARISMO E A TEORIA FEMINISTA SOB À LUZ DO MARXISMO.....	20
<b>3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....</b>	<b>22</b>
3.1 CONCEITOS ACERCA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	23
3.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL .....	28
3.3 AS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL .....	32
<b>4 TEORIA FEMINISTA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....</b>	<b>35</b>
4.1 A TEORIA FEMINISTA: CONCEITOS E CRÍTICAS .....	35
4.2 A TEORIA E MOVIMENTO .....	42
4.3 REFLEXOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA: DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA SOCIEDADE .....	45
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema consiste em relatar a história do movimento estudantil, e da participação feminina neste movimento dentro das universidades.

No presente estudo, inicialmente, visualizar-se-á aspectos concernentes a igualdade, tal qual sua história e seu conceito, para que possamos entender a ligação entre esta e o processo vagaroso de atuação das mulheres nos meios sociais, dado o conflito de gêneros.

Após uma breve análise conceitual e histórica acerca da igualdade no Estado Liberal, e de movimentos advindos dessa fase histórica, como o Comunitarismo, o segundo capítulo aborda o conceito de Movimento Estudantil, bem como, de sua passagem histórica a nível mundial e nacional, e ainda, sobre a participação das mulheres neste movimento.

O terceiro capítulo, por sua vez, objetiva demonstrar a ligação entre a participação feminina no Movimento Estudantil, uma vez constatada a dificuldade de sua efetivação no contexto histórico, destacando-se as dificuldades enfrentadas pela massa feminina, e os reflexos na sociedade.

A discussão desses problemas traz à tona elementos do reconhecimento e da validade científica desses estudos, sua característica de não-neutralidade e seu comprometimento político e, por fim, a forma como introduziram novas abordagens e questões científicas à Sociologia.

Por outro lado, ainda persistem inúmeros preconceitos que os *estudos feministas e/ou estudos de gênero* causam às/aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes.

Diante do exposto, fica evidente que o presente estudo visa elucidar algumas questões acerca da participação das mulheres em movimentos sociais, mas especificamente no estudantil, permitindo criar uma ponte entre a efetiva participação das mulheres, e dos reflexos advindos desse envolvimento da massa feminina, como também, constatará a dificuldade encontrada por

essas mulheres em estar presente nos movimentos sociais, no decorrer dos anos.

## 2. IGUALDADE

Por meio do presente capítulo pretende-se conceituar o princípio da igualdade, discorrendo acerca de sua natureza e abordagem histórica. Serão tecidas considerações referentes ao tema, bem como do movimento denominado Comunitarismo, finalizando com uma visão da Teoria Feminista sob uma ótica marxista.

### 2.1 A igualdade no Estado liberal e sua formalidade

Não é de hoje, nem deste século, a idéia de que todos “os homens nascem iguais em direitos e obrigações e assim permanecem ao longo de suas vidas, enquanto seres humanos” (LIMA,1993, p.12). Tal afirmativa, considerada atualmente como básica nos estados modernos, e presente em todas as constituições nacionais, provêm de uma evolução histórica, e de intensas lutas travadas em prol de tal postulado.

Neste contexto, necessário se faz, analisar o entendimento acerca da igualdade sob uma perspectiva histórica, afim de que se possa compreender este aspecto absoluto, dito formal, dela também proveniente.

Ao falar-se em Estado Liberal, característico do século XVIII, e reconhecido pela previsão constitucional de direitos individuais, logo remetemo-nos a idéia de Estado não influente, ou seja, do não intervencionismo estatal.

Acerca das características deste período em voga, oportuno citar a obra de Carlos Ari Sundfeld (2006, p.38) senão, vejamos:

O Estado Liberal foi caracterizado pela não intervenção na economia, a vigência do princípio da igualdade formal, adoção da Teoria da Divisão dos Poderes de Montesquieu, supremacia da Constituição como norma limitadora do poder governamental e garantia de direitos individuais fundamentais.

Diante desse quadro, a não intervenção estatal era característica basilar do referido modelo de Estado, é possível perceber que este muitas vezes, se tornava omisso perante certos problemas sociais e econômicos, tendo portanto, alguns marcos históricos que desencadearam seu advento.

Inicialmente, é mister entender os reflexos trazidos pela Revolução Francesa, ainda no mesmo século. Tal acontecimento, é tido como fato gerador da Idade Contemporânea, trazendo consigo os proclamados princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), assim, para que melhor se possa compreender sua importância, oportuno retroceder a realidade da época.

Não obstante a relevância de tal fato histórico, desnecessário se faz elucidar cada fase da Revolução Francesa, já que deste modo, nos distanciáramos do propósito em tela. Para os fins pretendidos, mais importante é destacar o significado de tal acontecimento perante a evolução do que se entende sobre o princípio da igualdade.

Sob este prisma, pode-se considerar dentre outros, que um dos grandes feitos da Revolução foi ter sobreposto o Antigo Regime, alicerçado sob a ótica de uma sociedade hierarquizada, submetida a ideologias religiosas e regulada sob a égide de explicações utópicas e metafísicas acerca do mundo e dos fenômenos cotidianos.

A Revolução supra citada, foi considerada essencial para que fosse afirmada e consolidada a igualdade formal na França. Neste período destaca-se a figura de Napoleão Bonaparte que tinha por intróito, expandir os ideais liberais pela Europa, marco da época.

A relevância de tal acontecimento, frente ao tema trazido à baila, se justifica sob o fato de que seus ideais, assim como aquele de uma sociedade em que todos fossem tratados de maneira equânime, expandiu-se por todo o globo, fazendo com que a mesma, se tornasse segundo Norberto Bobbio (2004, p.105-6) “o modelo ideal para todos os que combateram pela própria emancipação e pela libertação do próprio povo”.

Neste passo, não será errado concluir, que a igualdade formal, característica deste modelo de Estado, possui caráter negativo, fazendo com que haja a abstenção do mesmo, e tentando extinguir os privilégios dos extratos sociais. Assim pode ser considerado o princípio da igualdade, tal como

adotado na concepção liberal da Revolução Francesa, sobre tal entendimento indispensável recordarmos a lição do Prof. Gomes Canotilho (1991, p.575):

A afirmação, todos os cidadãos são iguais perante a lei, significava tradicionalmente, a exigência de igualdade na aplicação do direito, onde as leis devessem ser aplicadas sem olhar as pessoas (...) Igualdade na aplicação do direito independentemente de quaisquer condições, tais como sexo, raça e cor.

Não é demasiado trazer à memória, a observação de Paulo Roberto de Oliveira Lima (1993, p.23):

Neste período, inscreveram o princípio da igualdade, como igualdade perante a lei, enunciado que na sua literalidade, se confunde com isonomia formal, no sentido de que a lei e sua aplicação trata a todos igualmente sem levar em conta as distinções de grupo.

Outro ponto a merecer a atenção devida infelizmente nem sempre considerado, é de que pensadores e filósofos do passado, já preconizavam a igualdade entre os homens como princípio basilar da organização do estado, tendo Aristóteles, ainda na era pré-cristã, não só conceituado a igualdade tal como concebida pela Revolução Francesa, mais avançado mais para destacar que “ a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” (ARISTÓTELES, 2001, p.139), com essa visão de isonomia o famigerado pensador se insere entre os pósteros do século XIX.

Nesse contexto, entre a abundância da classe burguesa e a miséria da classe proletária, surge a tentativa de obter-se uma política em que se pudesse observar o resultado efetivo posto, de maneira genérica e também abstrata, nas normas liberais.

É que os que se batiam pela igualdade, perseguiram-na com tanto afincos, que acabaram obtendo um sistema iníquo, onde todos os membros da sociedade eram considerados iguais, a despeito das fundas diferenças que de fato apresentavam (LIMA, 1993, p. 14).

Ao longo dos anos, a igualdade dita formal, tornou-se mantenedora do *status quo* de sociedade, ocorre que esta igualdade absoluta, sobre ser utópica, terminou por gerar rasgadas injustiças, haja vista, que as desigualdades reais não de ser consideradas, não para desmerecer mas sim para proteger os carentes de discrimine.

O conceito de igualdade formal, assim como elucidado por José Afonso da Silva (1993, p.213) , onde “a lei deve ser genérica e abstrata, tratar todos da mesma forma, sem levar em consideração as distinções entre os grupos pertencentes à sociedade” começou a ser vista como insuficiente, pois tratava a todos de maneira geral e abstrata.

Neste sentido, Rui Barbosa, na Oração dos Moços (1920 apud LIMA,1993, p. 16) concluía que "(...) a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade".

Assim, ressaltando esse aspecto da transição do entendimento do princípio da igualdade, leia-se o Prof. Hugo de Brito Machado, in *Princípios Jurídicos na Constituição de 1988* (p.35), quando ressalta:

Dizer-se que todos são iguais perante a lei, na verdade, nada mais significa do que afirmar que devem-se considerar os fatos com caráter hipotético, em outras palavras, pode-se dizer o mesmo afirmando que há lesão ao princípio da isonomia, quando não se tem o caráter hipotético.

Superada esta primeira fase no estabelecimento deste conceito de igualdade formal, é possível verificar que muitos deixaram de lado o tema aí, sem observar com cautela o conteúdo do conceito, como se os problemas ligados ao tema tivessem sido solucionados com as posições anteriormente citadas.

Dentre os que seguiram adiante, estavam aqueles que observaram que nada estava resolvido, haja vista, que era necessário ainda, identificar entre os membros da sociedade quem eram os iguais, e quem os desiguais. E ainda,

quais as conseqüências reais que o Estado poderia vincular a partir daquelas desigualdades.

Neste viés, lecionou Gomes Canotilho (1991, p. 598) :

Reduzido a um sentido formal, a igualdade acaba por se traduzir num princípio de prevalência de lei em face da jurisdição. Conseqüentemente, é preciso delinear os contornos do conceito de igualdade em outros sentidos. Isto não significa que o princípio da igualdade formal não seja relevante nem seja correto; significa apenas que ele é, tendencialmente, tautológico, uma vez que o cerne do problema permanece irresolvido, qual seja, saber quem são os iguais e quem são os desiguais.

Neste particular e com vista ao aspecto da igualdade formal, têm-se que esta, introduziu-se no cenário do Estado de Direito Liberal, entretanto, assim como mencionado, não era previsto direito de natureza social, e nem se tinha a igualdade sob uma perspectiva material ou substantiva.

Em verdade, além da dita igualdade perante a lei, há que se reconhecer que o dito princípio implica na igualdade da própria lei, ou seja, não bastava que a lei fosse aplicada igualmente a todos, mas era também imprescindível que a lei em si considerasse todos os homens igualmente. (LIMA, 1993, p.32).

Esta derradeira afirmação, traz à tona a necessidade de contestação ao modelo Liberal, e na forma individualista conseqüente de sua aplicação. Envereda-se a partir daí, uma nova ideologia contrapondo determinados aspectos do individualismo, característico de tal modelo, à saber, o comunitarismo.

## 2.2 O Comunitarismo

Consoante se vem de observar no tópico anterior, que os liberais, dentro de seu modelo estatal, tinham como foco de discussão os limites do Estado ante a liberdade individual do cidadão, já a classe denominada



comunitarista, objeto de discussão do caso em tela, divide-se em posições que contrariam a universalidade dos direitos.

Para os objetivos pretendidos acerca da reflexão do tema em questão, interessa a priori, focalizar na idéia de comunidade, decorrente deste modelo, e sua conseqüente evolução dentro de um contexto histórico.

Neste prisma, Paulo Bonavides (1996, p.59) conceitua a idéia de comunidade como sendo aquele grupo que “implica a existência de formas de vida e organização social, onde impera essencialmente uma solidariedade feita de vínculos psíquicos entre os componentes do grupo”. Já Bobbio (2004, p.123) descreve com clareza que a “comunidade é um grupo oriundo da própria natureza, independente da vontade dos membros que a compõe”.

Não seria errado concluir que neste contexto, temos que o termo comunidade, nos remete a um grupo onde a vontade se torna essencial, substancial e orgânica, motivo que justifica ter surgido primeiro que a sociedade, já que esta é matéria e substância, e a outra é forma e ordem.

Acerca da referência trazida a tona, afirma Toennies (1988 apud BONAVIDES, 1996, p.59) que :

(...) sendo a comunidade um todo valorado cada individuo tomado isoladamente é algo falso e artificial. A comunidade é dotada de caráter irracional, primitivo, munida e fortalecida de solidariedade inconsciente, feita de afetos, simpatias, laços de dependência direta e mútua do “individual” e do “social”. Já a sociedade supõe a ação conjunta e racional dos indivíduos no seio da ordem jurídica econômica, nela, os homens a despeito de todos os laços, permanecem separados.

Vencida a idéia de sua conceituação, importante trazer a tona portanto, o movimento dela proveniente, e que nasceu da necessidade de questionamento de algumas bandeiras defendidas pelo movimento Liberal.

Ao lado do conceito de comunidade, surge modernamente o Comunitarismo que tem sua origem no final do século XX, em meados da década de 80, incluso em um cenário pós Guerra Fria. Advêm da necessidade de confrontar o Liberalismo, tendo como principal vertente a crença nas comunidades como base de sustentação para um mundo melhor, em

detrimento do individualismo proposto pela ideologia liberal (SOBOTTKA,2003,p.497).

Diante do exposto, têm-se que se é de linha liberal também a defesa dos direitos humanos universais, assumindo uma posição de neutralidade ante a pluralidade de valores sociais diferenciados nas sociedades democráticas.

Desse modo, o ideário comunitarista centra seus interesses nas comunidades, criticando então, a tese liberal que prioriza os direitos individuais. Segundo Emil Sobottka (2003, p.582), um dos maiores motivos de provocação dos comunitaristas frente aos liberalistas seria:

A tese de que os seres humanos não seriam indivíduos isolados, seres sem atributos próprios, independentes de relações e influências sociais. Ao contrário, eles seriam membros de comunidades nas quais aprendem e com as quais partilham valores éticos e identidade.

O Comunitarismo tinha portanto como principal o apelo “a promessa de um porto seguro, o destino dos sonhos dos marinheiros perdidos no mar turbulento da mudança constante, confusa e imprevisível” (Bauman, 2002, p. 133).

A crítica comunitarista em que pese o modelo liberal supra citado, era de que a teoria política do liberalismo criaria um indivíduo sem preocupações sociais, um cidadão privatista que abdicaria a questão do bem comum, a total encargo do Estado.

Desse modo, tal modelo, propõe uma cidadania que deve ser compreendida como constituída através da ética de virtudes, voltada para a edificação de uma comunidade política regida pelos mesmos valores ético-culturais, onde todos terão suas identidades vinculadas. Sendo assim, a teoria comunitarista, defende que a comunidade política deve ser aquela em que os cidadãos estão integrados eticamente e culturalmente e, por possuírem valores equânimes e as mesmas virtudes, vão agir orientados para o bem comum, construindo de forma mais verdadeira a devida democracia.

Ante a um olhar filosófico acerca do tema em questão, elucidou Edgar Marques em seu artigo, *“Pluralismo cultural e justiça social. Uma crítica ao comunitarismo de Michael Walzer”* (1999, p. 55), se não vejamos:

A rubrica “comunitarismo” abriga uma série de concepções filosóficas, as quais possuem como ponto de convergência à recusa a idéia de que um sistema distributivo justo deva definido como aquele constituído por regras pelas quais optariam seres racionais, se colocados num contexto nos quais os valores constitutivos da tradição social da qual fazem parte, estes indivíduos e os seus próprios interesses particulares fossem eclipsados de uma forma absoluta.

Assim, o referido modelo trazia consigo duas formas de afirmação da justiça como advinda do bem, onde a primeira delas constituía-se sob a ótica dos valores de uma comunidade, culminando na definição do que é justo ou injusto.

A diferenciação dos valores e das tradições em comunidade, e seu conseqüente partilhamento, eram responsáveis pelo reconhecimento dos direitos, motivo pelo qual, ocorria a interpretação de direitos que não se correspondiam com a teoria-prática dominante. Essa corrente é de cunho comunitarista.

Sob outra ótica, a segunda corrente, “nega o rótulo de ser assumidamente comunitarista, não se preocupa na justificação da justiça a partir de valores de uma determinada comunidade, haja vista, que o reconhecimento de tal direito dependeria da demonstração de que o mesmo honraria e promoveria um bem humano relevante” (SOBOTTKA,2003, p.586).

Por todo o exposto, têm-se, que para os comunitaristas, em seu ideário de justiça, o que importa é o fim (o bem), de modo que não são relevantes os meios utilizados para alcançar este fim. Trocando em miúdos, uma determinada lei só será realmente justa se a finalidade que ela protege for justa, ou seja, a justiça é o fim, pois ela é o próprio bem, e todos os meios destinados a atingir a justiça são válidos.

O comunitarismo atenta-se para construção do bem, usando-se dos mecanismos necessários para tanto, deste modo, seu ideário seria aquele voltado para os bens afins de uma comunidade política. Entretanto, para que

seja alcançado este bem comum, segundo a própria concepção do comunitarismo, é necessário que haja um pressuposto político.

Este pressuposto político é tido portanto, como a ética e a cultura que devem ser compartilhadas por toda comunidade, e é nesse cenário, que surge a relevância das instituições sociais como catalizadoras na formação de indivíduos.

### 2.3 O Comunitarismo e a Teoria Feminista sob à luz do Marxismo

Assim como se pôde observar no tópico anterior, o comunitarismo obteve seu apogeu na década de 80, dominou a teoria política no continente americano, tendo sido desenvolvida em pòlemica aberta com o liberalismo, e tido como um ideário que contesta em sua essência, a questão da insuficiência da teoria e da prática liberal.

Em contraponto com a antiga idéia liberal que tem o sujeito como sendo um ser autônomo e universal, o comunitarismo, por sua vez, versa sobre a integração deste “eu”, sendo fruto da construção social. Normativamente, os comunitários afirmam que essas premissas individualistas têm conseqüências morais pouco satisfatórias, resultando na impossibilidade de uma verdadeira comunidade (Averine e De Shalit 1982 apud ALAMBERT, 1996, p.82).

Ante a esta idéia de comunidade, presente no modelo supra mencionado, à que se fazer menção, ao movimento, não menos importante, e que apesar de ter ganho mais visibilidade na década de 90, possui raízes históricas compreendidas há vários séculos, a este movimento dá-se o nome de feminismo.

Segundo Zuleika Alambert “é fato que há milênios a mulher foi e por vezes continua sendo, o mais humilhado entre todos os desprivilegiados, é lógico que a medida que as sociedades humans evoluíram as formas discriminatórias contra a mulher também se transformaram” (1996, p.15).

Até mesmo nos países socialistas, onde se criaram algumas premissas políticas para a transformação da condição milenar da mulher, onde a lei proíbe qualquer diferenciação social entre os sexos, tanto quanto entre as raças, onde para a mulher estão abertas as portas das fábricas e universidades, também aí

ela ainda se encontra acantonada nas profissões ditas femininas. Esta condição da mulher, em todos os tempos, comoveu inúmeros pensadores, que se dedicaram a pesquisar as origens de sua opressão e exploração, com o fito de traçar os caminhos da sua libertação.

Assim sendo, quando Marx e Engels elaboraram a teoria do materialismo histórico, e dentro dela equacionaram a problemática da mulher, não partiram do nada, fizeram-no considerando os resultados de uma batalha secular travada entre duas correntes que sempre se posicionaram em relação à questão feminina.

Acerca do tema em questão, Alves Moreira (1981, p.122), em sua obra “*O que é Feminismo?*”, leciona:

Uma das correntes a serem mencionadas, é a daqueles que em todos os tempos buscaram justificar como naturais as desigualdades sofridas pela mulher no trabalho, família e sociedade. A outra, é a corrente defensora das idéias de que homens e mulheres nascem iguais e de que as desigualdades que a mulher passa a sofrer, depois, emanam de fatores completamente alheios ao sexo.

A mulher trabalhadora, ocupando um lugar muito diferente na sociedade, não era de se solidarizar. Eram mais propensas a ver o feminismo liberal com suspeição, ou mesmo desprezo por sua finura, seu fingimento e hipocrisia.

O socialismo por outro lado prometia uma teoria da mudança que envolveria as diferenças em riqueza e poder que tornaram superficial a libertação feminista liberal. Mas assim como a teoria democrática, o socialismo não encampou de imediato ou destemidamente a causa das mulheres.

Foi assim, que desde a antiguidade até os dias atuais, elaboram-se teorias, que defendem idéias e opiniões que muito influenciam na formação de uma imagem da mulher, e justificando o lugar de segunda categoria que ela sempre ocupou na sociedade. Oportuno lembrarmos de algumas delas.

Na Idade Média, por exemplo, arautos sobre a inferioridade da mulher surgiram em cena. Santo Tomás de Aquino escreveu “ a mulher é um ser accidental e falho. Seu destino é o de viver sob a tutela do homem, sobre si ela

não tem autoridade alguma, pois por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade” (1978 apud ALAMBERT, 1996, p.23).

Em suas atitudes em relação a mulher, a ideologia burguesa esforça-se para explicar “cientificamente” a inferioridade da mulher, e sempre recusaram a nela a reconhecer um espírito criador. Já na época contemporânea Kant fala da mulher com soberba, considera-a pouco dotada intelectualmente, e sua única força seria o encanto.

Freud por sua vez não ficou atrás quando afirmou “o grande problema que nunca foi resolvido e que ainda não consegui resolver, é sobre a natureza feminina, e o que a mulher deseja afinal de contas” (apud MOREIRA, 1981, p.131), em seu contexto a mulher atingia aspectos delirantes.

A Revolução Francesa e o movimento feminista do século XIX, repercutiu sobre a história, pois neste contexto não se poderia mais falar na libertação da mulher, sem lembrar a sua ação em relação aos direitos políticos, porém apesar de reconhecidamente belas, as idéias das mulheres da época não tiveram repercussão.

Não obstante, os acontecimentos mencionados, que tentavam de alguma forma desmistificar a idéia sobre qual real lugar da mulher na sociedade, as raízes no seu sentido mais profundo, acerca da inferioridade da instrução recebida pela mulher, seriam localizadas e trazidas a luz do dia, pela primeira vez, através das elaborações teóricas de Karl Marx e Frederic Engles.

Hoje olhando para trás e examinando todas as posições surgidas em defesa da mulher e inserindo-as no contexto histórico em que foram elaboradas, pode-se dizer que todas elas, foram bastante avançadas para sua época, muitas vezes até revolucionárias. Porém, nenhuma delas sabia localizar acertadamente as raízes mais profundas das desigualdades das mulheres e indicar o caminho mais geral de sua libertação.

### **3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

O capítulo intermediário do presente estudo terá como objetivo tratar do Movimento Estudantil, delineando uma noção histórica a nível nacional, e macro e, em seguida, uma abordagem acerca da participação feminina no

referido movimento.

### 3.1. Conceitos acerca do Movimento Estudantil

Reflexo e ao mesmo tempo parte integrante de um conjunto de metamorfoses que ocorreram ao longo dos anos, conceituar o movimento em tela é mais que tecer meros comentários acerca da evolução das universidades, mas sim, adentrar no campo social e também histórico de uma sociedade.

Antes de iniciar a abordagem no que diz respeito ao movimento, objeto de estudo, não é demasiado trazer à tona, um pouco sobre a instituição em que o mesmo teve sua eclosão, a saber, a universidade.

Herdeiras das instituições do mundo greco-romano, é pacífico entre diversos autores citar os *Studia Generalia* como gênese da instituição que hoje conhecemos por universidade; “ (...) seu início deu-se no século XII, e nos séculos seguintes continuaram a surgir universidades na Europa Continental, e posteriormente, em todo mundo civilizado ( ALBUQUERQUE, 1987, p.103)”.

Caracterizavam estas universidades, pelo seu caráter conservador e suas polêmicas teológicas, suas tônicas estavam voltadas para um saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado, criadas para formar uma elite aristocrática, depois complementada por uma elite de mérito, que foi sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade.

Ante a um olhar histórico em relação a estas instituições, elucidou Serenito Moretti, in “*Movimento Estudantil*” (1994, p.19), leia-se:

Com a exigência de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho, imposta pela consolidação do modo de produção capitalista, herdada da Revolução Industrial, e sob o influxo e a disseminação das idéias liberais, os fatos não são mais dogmaticamente aceitos como verdade estática, mas analisados através da pesquisa em diversos campos. A inovação começa a surgir nas universidades, os estudantes passavam a ter a opção de selecionar os assuntos de acordo com suas melhores aptidões

peçoais; e o professor, além de ensinar, também pesquisa, permitindo o avanço contínuo e ininterrupto do saber.

A idéia de universidade, acabou por modificar-se ao passar dos anos, assim como exposto no trecho acima, a possibilidade da pesquisa por parte dos professores, e da oportunidade de escolha da matéria a ser lecionada de acordo com as aptidões dos estudantes, fizeram com que esta instituição, sofresse mutações até chegar ao estágio em que as encontramos hoje, um espaço cercado pela diversidade, mais unido em um mesmo ambiente.

Vencida essa conceituação no que se refere essas instituições denominadas universidades, necessário entrarmos na esfera do movimento estudantil, sua origem, conceitos e histórico.

O fato de o movimento estudantil ser conhecido como uma realidade contemporânea, não é imanente apenas à criação de universidades, podemos então, denominá-lo de “fator novo”, que está interligado dentro de uma ampla perspectiva histórica denominada de revolta estudantil (MORETTI, 1994, p.23).

A priori, há uma revolução na educação, que iniciou no começo do século XX, ganhando decisivo impulso nos anos trinta e quarenta, trata-se portanto, de uma educação voltada ao fundamento à crítica tradicional, baseada na autoridade e na disciplina, e a proposta de um sistema novo de educação, com fulcro na responsabilidade e na igualdade.

Além da força destes novos argumentos acerca da concepção de educação, e dada sua racionalidade, esta nova modalidade tinha a seu favor o fato de que encontrava um ambiente propício, haja vista o processo de desintegração da família patriarcal e de todos os sistemas de poder tradicional dela provenientes, e também, ao avanço da tecnologia moderna, através da industrialização.

Foi sob uma perspectiva dualista que a educação passou a cumprir sua função, dividindo a sociedade em tradicional e moderna. Neste viés, lecionou Maria Stela Graciani (1996, p.60):

A sociedade arcaica se caracterizava por relações essencialmente familiares e pessoais, por instituições tradicionais, por estratificação



social rígida, de status atribuído e por normas e valores que exaltavam o status quo das formas de vida tradicionalmente herdadas dos antepassados. Enquanto a sociedade moderna, pelo contrário, consistia de relações sociais, determinadas pelas ações interpessoais encaminhadas a fins racionais e utilitários, de instituições funcionais, de uma estratificação pouco rígida, onde as normas e os valores das pessoas são orientados pela mudança, e pelo progresso, pelas inovações, e pela racionalidade.

Outra causa da revolta estudantil, foi a crise do racionalismo no início do século XX, “(...) decorrente da incapacidade do racionalismo – que tudo explicava à luz da razão e da ciência – em dar uma resposta ao mundo que enfrentava uma irracionalidade das guerras, dos preconceitos e das desigualdades” ( MORETTI, 1994, p.25).

Da lacuna surgida da crise supra descrita, insurge-se o existencialismo, definindo o homem pela sua liberdade e responsabilidade, oferecendo-o uma resposta aos cataclismos sociais.

Face à crise do racionalismo, bem como, da revolução na educação, dentro da qual a autoridade possuía bases sólidas, pais e mestres não tinham mais uma mensagem precisa e definida a transmitir ao seus filhos e discípulos. Assim a confusão e a dúvida dos mais velhos, que não conseguiam mais estruturar a eles mesmos suas idéias a respeito do mundo perante os jovens, reforçaram a revolta estudantil (ALBUQUERQUE, 1987, p.36).

Um fator ainda de suma importância, que contribuiu para que o movimento eclodi-se, foi o grandioso crescimento do número de estudantes no período pós-guerra. A explosão estudantil, que crescia num ritmo por vezes mais acelerado que a taxa de crescimento da população, se processou por imposição do processo tecnológico e necessidade de maior número de pessoas com nível superior, para preencher as exigências da sociedade que se desenvolvia.

Acerca do tema em tela, Serenito A. Moretti, em sua obra “*O Movimento Estudantil*” (1994, p.31), relata que:

As consequências da explosão estudantil, que por um lado, aumentou o número de estudantes e que lhes deu maior poder de luta, e que de outro, implicou em um processo de massificação dos estudantes, na medida que as estruturas das instituições universitárias ainda arcaicas não estavam adaptadas para receber tão elevado número de estudantes; vieram contribuir para a organização do Movimento Estudantil e o conseqüente acirramento da luta contra aquela realidade a que estavam subjugados, sem oportunidade de verem suas aspirações realizadas.

Convém trazer à baila, o entendimento de José Augusto Albuquerque, em sua obra *“O movimento estudantil e consciência social”* ( 1987, p.41), senão vejamos:

O movimento aqui discutido, não advém somente da existência de Escolas de Ensino Superior, mesmo que estas estejam englobadas em uma única instituição: a universidade; mas nasce de também de ações organizadas do estudante dessa mesma instituição frente a uma realidade, tanto de cunho externo como interno, que em sua concepção, não respaldam os anseios e interesses com os quais estes estão comprometidos.

Pelo acima exposto, têm-se que o movimento estudantil define um projeto coletivo de tipo societal, a presença institucional do movimento no meio estudantil é de tal ordem que é possível analisar as condutas dos estudantes em função desse projeto coletivo.

As manifestações estudantis que afloravam por todas as universidades, tinham como denominador comum a exigência de uma reforma de base: melhores condições curriculares e didáticas, democratização das universidades, e, sobretudo maior participação docente e discente nos diferentes níveis de decisão (GRACIANI, 1996, p.73).

Essas reivindicações, acima descritas e feitas através do movimento estudantil, resultaram portanto, em grandes expectativas com relação a

reforma universitária, a fim de que esta, levasse à democratização do ensino abrindo as portas das universidades para todas as classes sociais.

Almejavam estes militantes, “uma autonomia geral no sentido didático financeiro, programas e currículos em consonância com o desenvolvimento do país e que permitissem maior participação do docente e do discente nos órgãos deliberativos, com critérios de proporcionalidade” ( GRACIANI, 1996, p.75).

Esta reforma universitária, trazia consigo, uma esperança de atuação profunda no sistema universitário sugerindo novos caminhos para a participação nos diferentes níveis de hierarquia ,nas decisões gerais e sobre o destino destas instituições. Sobre as solicitações, e as exigências propostas pelo movimento, leciona José Augusto Albuquerque ( 1987, p.91) :

Certamente, essas não foram as únicas reivindicações, quiza nem as maiores, suas solicitações eram muitas, bem como, suas propostas de mudanças, mas a insatisfação frente a realidade em que se encontravam, constituíam um elemento comum entre todos os grupos estimuladores do movimento estudantil.

Pelo exposto, têm-se que a atuação dos estudantes na história, vistas muitas vezes como um fenômeno secundário, prova o contrário ao evidenciar que estes, sempre estiveram presentes no contexto social e histórico, das mais variadas sociedades, porém em algumas mais tardiamente.

Diz-se muitas vezes, que a atuação estudantil seria uma consequência de um “conflito de gerações”, ou do “idealismo e da sede de justiça da juventude”, e que por isso mesmo não merecia atenção, e mais, que estes conflitos tenderiam a desaparecer à medida que o estudante passasse a ocupar uma atividade profissional, que constituísse uma família, e assumindo, assim, compromissos inalienáveis a sua existência, teses estas já vencidas.

O movimento estudantil, contudo, como qualquer outro movimento social, está sujeito aos fatores conjunturais do desenvolvimento histórico de determinada sociedade, e veremos adiante que no Brasil, esta afirmativa, também não foi diferente.

### 3.2. O Movimento Estudantil no Brasil

O Brasil foi o último país ocidental a instituir a universidade, ainda que inúmeras tentativas tivessem sido feitas, a centralização dos estudos na Universidade de Coimbra, recebia todo o império e acabava por monopolizar os estudos superiores.

Os jesuítas tinham controle sobre esta instituição “ às aspirações dos colonizadores portugueses, que obrigando os raros representantes da juventude oriunda das famílias ricas das colônias a irem estudar no centro universitário da metrópole, reforçavam o espírito de lusitanidade e os preparavam para, de volta, se comportarem como bons súditos da Coroa de Portugal (MORETTI, 1994, p.64).”

Diante deste quadro, a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, deu-se em 1808, e a emergência do estado nacional, geraram pouco depois a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da colônia. A partir daí, nasce um novo ensino superior, sob pó signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da independência cultural aos quais estava preso (GRACIANI, 1996, p.121).

Os cursos criados – Direito e Medicina – destinavam-se a formar burocratas para o Estado e especialistas exigidos pela sociedade semicolonial no grau em que se encontrava.

Foi durante o período comumente chamado de República Velha, que obtinha interesses na cafeicultura, e na jovem burguesia industrial. Desafiada por um operariado crescente em número e organização, que surgem as escolas superiores livres, isto é, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares.

Acerca da afirmativa supra, leia-se Serinito Moretti (1994, p.76) :

Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, tais como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, e também, de determinações ideológicas, como a influência do Positivismo. Coincide com esta

época o surgimento dos primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com nome de universidades.

Vencida a conceituação acerca da criação das universidades no Brasil, necessário falar-se sobre o movimento dela advindo, a saber, o movimento estudantil.

Arthur Poerner, em sua obra *O Poder Jovem* afirma ser o movimento estudantil brasileiro “ a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil, as lutas estudantis adquiriram progressivamente, o caráter organizado e de emancipação nacional, concomitante à desmistificação que delineiam do significado da independência política formal conquistada pelo Brasil em 1822” (1991, p.176)

Já assinalamos que o movimento estudantil brasileiro passa a ser identificado como tal a partir de meados do segundo quarto do século XX, veremos agora, brevemente as raízes e o caminho que os estudantes, especificamente os universitários, percorreram até colidir com a fundação de sua entidade máxima a nível nacional: a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorreu em 1970, quando da invasão de mais de mil soldados franceses, no Rio de Janeiro, tratou-se portanto de uma luta armada contra o invasor, que pego de surpresa pela bravura que os impelia o desespero dos estudantes, foi obrigado a capitular (MORETTI, 1994, p.79).

Os estudantes estudavam em conventos e colégios religiosos, ainda não havia ensino universitário no Brasil, pois a aristocracia colonial enviava seus filhos, às universidades européias, principalmente a de Portugal e a da França. Foram precisamente estas universidades que provieram de idéias liberais e revolucionárias européias, que influenciaram decisivamente a vida política brasileira em geral e os estudantes em particular.

Com a tentativa frustrada da Inconfidência Mineira se encerra a participação política dos estudantes no período colonial, que se caracterizava “ pela atuação isolada ou, no máximo, de pequenos grupos, como a associação secreta fundada pelos que estudavam nas Universidades de Coimbra e Montpellier” (GRACIANI, 1996, p.101).

Os primeiros passos dados para uma atuação mais organizada, e portanto, coletiva dos estudantes foram as campanhas estudantis pela Abolição da Escravatura e Proclamação da República. Os fatos que possibilitaram este avanço político dos estudantes, estão intimamente ligados à mudança da conjuntura brasileira.

Paralelamente à Campanha Abolicionista, crescia também o ideal republicano, senão vejamos o que leciona Serenito Moretti (1994, p.104).:

A Abolição seria uma conseqüência automática da República, tal ênfase redundou em alguns incidentes. Assim surgiram nesta época, vários Clubes Acadêmicos Republicanos e/ou Abolicionistas, como: a Libertadora da Escola da Medicina e a Libertadora da Escola Militar, no Rio de Janeiro; a Emancipadora Acadêmica, em São Paulo; o Clube Republicano Acadêmico, em Recife. Destas e de outras sociedades, destacaram-se nomes importantes para a futura vida política brasileira.

Pouco antes de ser proclamada a República, os estudantes ainda participaram ativamente num dos primeiros movimentos de massa do Brasil, e que não se insere, especificamente, nos conjunto das lutas abolicionistas e republicanas, ficando conhecida como a Revolta do Vintém, que estava relacionada ao aumento das passagens de ônibus, o movimento tomou tal envergadura que acarretou, inclusive a ocupação militar do Rio de Janeiro para a conseqüente sufocação (GRACIANI, 1996, p.81).

Os dias que sucederam ao da inauguração do novo período histórico brasileiro – republicano – encontraram os estudantes brasileiros “dormindo o sono dos justos, repousando das madrugadas e serões da fase Imperial, consumidas nas lutas abolicionistas e republicanas, a impressão dominante era de que o males do Brasil haviam sido resolvidos com a implantação da República (MENDES JR., 1991, p.61)”

Antes da revolução de 30 por fim a República Velha, os estudantes ainda tiveram um certo período de entusiasmo com a Liga do Voto Secreto, fundada por Monteiro Lobato, no entanto, sem grande importância, pois a

atuação dos estudantes se dissolveu, no núcleo formador do Partido Democrático, a partir daí deu-se o silêncio total da juventude estudantil.

Acerca dos movimentos na nova República, leia-se Maria Stela Graciani ( 1966, p. 109):

Finalmente na Segunda República e em princípios da instalação do golpe de Estado, pelo presidente Getúlio Vargas, os estudantes tiveram, através da efêmera vida da Frente Democrática da Mocidade, a última participação antes da fundação da entidade que viria consolidar a organização do Movimento Estudantil Brasileiro.

Antes do surgimento da União Nacional dos Estudantes, entidade que efetivou e concretizou em base sólida o movimento estudantil brasileiro, diversas tentativas foram logrando estabelecer uma organização em caráter permanente e nacional, capaz de consolidar a participação política dos estudantes na vida do país, numa perspectiva mais ampla, mais consistente e estável.

O marasmo do movimento estudantil foi superado fora de seu espaço onde os estudantes tentavam engendrar a criação de uma entidade que os representassem e fosse um incisivo instrumento da intervenção na realidade brasileira. Acerca desta nova realidade vejamos Serenito Moretti ( 1994, p.112):

Instalado em 11 de agosto de 1937, no Rio, o Conselho Nacional dos Estudantes, sua primeira sessão deliberou a proibição de discussões de termos políticos. Depois de várias sessões, entremeadas de festas comemorativas ao oitavo aniversário da CEB, o Conselho acabou aprovar seu estatuto, sendo organizado com representantes iguais de todas as associações e centros estudantis do país reunindo-se anualmente, e tendo por finalidade principal a representação oficial dos estudantes.

Em 1938, uma Comissão Organizadora, constituída por várias entidades estudantis, convoca do Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, que figura além de um extensa pauta, a efetivação da União Nacional dos Estudantes, o que acarretou um impacto entre os estudantes e membros do Conselho (GRACIANI, 1996, p.91)

A consolidação da UNE e o prestígio que esta veio tendo entre os estudantes, como também o rumo que ia tomando o movimento estudantil, acabava por tornar esta União como parte do contexto histórico brasileiro, haja vista, as numerosas atuações desta frente aos acontecimentos vividos em cada contexto.

Contudo, apesar de a história evidenciar muitos homens estudantes participantes do movimento, há que se fazer menção a essa parcela estudantil, que veio tomando corpo ao de correr dos anos, e que ganhou espaço através de sua atuação: as mulheres no movimento estudantil.

### 3.3 As Mulheres no Movimento Estudantil

A história da inserção das mulheres nos mais variados setores, dentro de uma perspectiva histórica, revela-se vagarosa e cercada de conflitos, sejam eles de cunho cultural, social ou mesmo político. Em uma sociedade cercada de ideologias predominantemente ligadas ao gênero masculino, a batalha travada pelo reconhecimento e a conseqüente atuação de mulheres dentro do movimento estudantil, esteve fortemente ligada a (pré) conceitos históricos.

Com o constante aumento do número de mulheres nas universidades, que propiciavam a estas novas abordagens e visões de mundo, o grupo que fora quase que inexpressivo dada sua carga histórica, começou a atuar de maneira contundente, no cenário político das universidades.

Nesta mesma linha de aborgadem , o século XX passou então a ser reconhecido como marco da atuação feminina no cenário mundial, conseqüentemente, o movimento estudantil também ganhou força através da participação cada vez maior de mulheres no âmbito do ensino superior, que apareciam como sujeitos políticos, capazes de revolucionar o meio em que atuavam.

Dado o surgimento de novos segmentos e organizações, que tinham como lema a questão da liberdade de atuação da mulheres, estas, começam a encontrar respaldo da sociedade, que durante toda a história viu na mulher, a simples figura de um ser alicerçado na edificação e consolidação do ambiente familiar.



A mulher travada nesse período, uma luta não apenas com relação as características e funções que lhes foram originariamente conferidas no decorrer dos anos, mas travavam sim, uma luta contra o seus próprios conceitos sobre o exercício de suas funções na sociedade (ARAÚJO,2006, p.82).

Se antes, o gênero feminino resumia-se aos trabalhos domésticos e a educação dos filhos, agora o conceito de mulher como membro da sociedade, passava a ser muito distinto dos antigos ideais puramente machistas. Com o crescimento do movimento estudantil, e da sua área de atuação, que ultrapassava as barreiras estritas das universidades, no Brasil a partir dos anos 80 podemos observar o aumento considerável e os reflexos da atuação feminina, assim como revela Cynthia Sarti (2004, p. 42), se não vejamos:

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Não apenas no Brasil, mas em todo cenário global, começava a estabelecer-se novas visões a cerca da efetividade do exercício da mulher nos mais variados setores. A idéia de que, determinados campos fossem tidos como de atuação exclusiva do homem, daria lugar a um novo paradigma, à saber: o da representação feminina nos movimentos sociais.

O movimento estudantil como visto anteriormente, tornou-se responsável por mudanças expressivas no cenário histórico e político da sociedade civil, isto posto, é necessário fazer menção aos tipos de reflexos intrínsecos a este movimento, que fizeram do Brasil, palco de grandes manifestações protagonizadas pela massa estudantil.

Como era de se esperar, se o movimento em si já encontrava barreiras para o funcionamento efetivo de seus objetivos, é notório que, a participação das mulheres nestes ambientes, foi um processo longo, árduo e cercado de influências do cenário político nacional.

No decorrer da linhagem histórica do movimento em tela, as ações da massa estudantil estiveram ligadas direta ou indiretamente por uma lógica partidária; onde os militantes que simpatizavam com determinados grupos políticos dividiam-se em novos grupos, revelando a conexão entre os estudantes, protagonistas do movimento, e as ações desenvolvidas pelos partidos políticos (SARTI, 2004, p.79).

Tendo a atuação do movimento sido construída, em meio a quadros políticos conturbados como o da ditadura, em que o ideal machista e a conseqüente discriminação face a atuação da mulher era explícita, muitos foram os obstáculos encontrados pelas militantes para que pudessem exercer seu papel frente o movimento estudantil.

Com a passagem do período ditatorial, dotado de ideologias que afastavam a mulher do cenário político, inclusive o estudantil, estas passaram a atuar dentro destes grupos como precursoras de novos conceitos sobre o papel da mulher na sociedade. Com o crescimento, e a efetividade de seus trabalhos frente ao movimento, os grupos defensores de ideais democráticos e igualitários, aumentavam na mesma proporção com que expandia-se o ideal da equidade de direitos, e espaços de atuação.

Fica evidente neste período, a eloqüência com que as militantes defendiam os ideais estudantis, ilustrando através de seus discursos, um contraponto com a visão fechada e restrita que receberam durante anos da sociedade, mas que aos poucos passava a ser repensada e recontextualizada.

Sob este prisma, entende-se que a atuação destas mulheres seja dentro das universidades, ou através dos variados movimentos sociais dele advindos, condicionaram a nova maneira com que estas encaravam e ao mesmo tempo entendiam o contexto no qual estavam inseridas. No que pese a afirmativa supra, Clara Araújo (2006, p.215), denota as influências desta representatividade no contexto social, leia-se :

A cultura política predominantemente tem sido considerada como outro elemento importante, influenciando o acesso das mulheres a representação em contextos socioeconômicos idênticos ou diferentes. Na perspectiva de gênero, ela ajuda a entender como os valores, os estereótipos e os referenciais simbólicos sobre os lugares de homens e mulheres interferem, e de certo modo, condicionam atitudes e práticas que reportam ao campo político.

Pelo exposto, têm-se que o gênero feminino passou a ganhar visibilidade, e credibilidade frente a lideranças de grupos fomentores de opinião, não apenas pela contundência e persuasão do discurso feminino frente a causas deveras relevantes, mas sobretudo, pela forma com que defendiam o ideal adotado como basilar na Constituição Brasileira de 1988: o de uma sociedade inserida dentro de um Estado Democrático de Direito.

#### **4. TEORIA FEMINISTA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Esse último capítulo objetiva demonstrar a ligação entre as mulheres e o movimento estudantil, bem como a trazer a tona, conceitos sobre a Teoria Feminista, e os reflexos dessa participação das mulheres nos movimentos sociais, para a população em geral.

##### **4.1 A Teoria Feminista: conceitos e críticas**

Apesar da aparência de igualdade jurídica e social de gênero, ainda permanecem grandes diferenças que impedem a liberdade de mulheres e, em muitos casos, afetam inclusive, sua dignidade.

Compreendendo desenvolvimento não somente como crescimento econômico, mas como “processo de expansão das liberdades”, é indiscutível a importância de enfrentar a questão da condição da mulher na sociedade. A teoria feminista tem lançado novas luzes sobre a inserção social, política e cultural da mulher, mostrando as insuficiências de uma teoria liberal.

Em que pese a afirmativa supra, não é demasiado trazer à baila, alguns conceitos acerca da Teoria Feminista e seu histórico, afim de que se possa entender sua projeção, no que toca a inserção da mulher no meio social.

Ao longo do século XX, o movimento feminista passou por diferentes momentos. Assim como outros movimentos de minorias sociais, este caracterizou-se ao longo de sua história pela sua especificidade: a luta pela conquista dos direitos das mulheres. A Revolução Francesa é considerada o berço do feminismo (NYE, 1988, p.165).

Em fins do século XIX, o feminismo despontou na Inglaterra como movimento de emancipação, reivindicando igualdade jurídica, como direito ao voto, acesso à instrução e às profissões liberais. Podemos, então, destacar que o movimento sufragista foi considerado o primeiro marco do movimento feminista.

Em agosto de 1910, em Copenhagen, por iniciativa da jornalista alemã Clara Zetkin, mulheres vindas de 17 países adotaram a proposição de criar um "Dia Internacional da Mulher", com o objetivo de canalizar os esforços na luta para obtenção do direito do voto feminino. Meses mais tarde, em 25 de março de 1911, ocorreu o trágico incêndio da fábrica de camisas Triangle, em Nova York. Cento e trinta e nove trabalhadoras, jovens imigrantes italianas e judias, morreram devido à falta de segurança nas instalações. Esta tragédia - e as terríveis condições em que ocorreu - passou a ser sempre invocada por ocasião das celebrações do Dia Internacional da Mulher, oficialmente fixado em 08 de março pela Assembléia Geral da ONU, a partir de 1975.

Os anos de 1930 e 1940 representam um período em que as reivindicações das mulheres haviam, mesmo que formalmente, sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho.

Nestas décadas, houve um refluxo na organização das mulheres. Este período é marcado pela preparação e explosão de uma nova guerra mundial. Mais do que nunca, valoriza-se a participação da mulher no mercado de trabalho, pois torna-se necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha.

Mas é com o fim da guerra e a volta da força de trabalho masculina, que a ideologia que reforça a diferenciação dos papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada.

Muitas questões colocadas pela teoria feminista devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, no processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal.

A partir de 1977, o movimento feminista fragmentou-se em diversas tendências, algumas mais voltadas para a descriminalização do aborto, outras centradas na isonomia profissional com os homens. Muitas mulheres, após conquistar postos de trabalho antes ocupados exclusivamente pelos homens, lograram também assumir funções políticas de mando.

O movimento feminista denuncia tanto a violência física praticada contra o corpo da mulher, como a simbólica, que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Existe um conjunto de idéias, de imagens e de crenças, que legitima e dá continuidade às diferenças acirradas de papéis sexuais. O movimento vem travando uma luta, a fim de acabar com o conceito de "masculino" e "feminino" na sua posição de "superior" e "inferior".

Para Oliveira (1993,p.56), são inegáveis as conquistas das mulheres até o fim do século XX:

As mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado... Procuravam assim corresponder a um novo perfil de mulher que emergia da agonia de um paradigma. Obedeciam a uma mensagem dupla e contraditória: para ser respeitada, pense, haja e trabalhe como um homem; mas para ser amada continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher.

Outras observações a respeito das mudanças comportamentais das mulheres com o advento do movimento feminista são feitas pelo autor (OLIVEIRA, 19.., p.72):

As mulheres tentaram a passagem da fronteira do mundo dos homens, arrastando, escondidas, as raízes plantadas em casa. Adotaram estilos de vida masculinos sem que os homens se feminizassem. Assim ficaram, entre dois mundos, compatibilizando estilos de vida e modos de comunicação diferentes, recebendo da sociedade uma ordem esquizofrenizante: seja homem e seja mulher. E foi assim que o sonho de igualdade tropeçou no impossível.(...) O discurso masculino sempre definirá o que é uma mulher normal. Seu lugar, seu papel, sua imagem e sua identidade.

O destino natural das mulheres, ser mãe, esposa, e dona de casa, marcado pela maternidade, casamento e dedicação ao lar, foi profundamente revolucionado no século XX. É nesse contexto que as feministas se viram frente ao desafio de demonstrar que não são características anatômicas e fisiológicas que definem as diferenças entre as desigualdades de gênero, mas a militância pelos direitos igualitários entre os seres humanos.

Portanto, como sinaliza Nye (1988, p.16), é nesse contexto de efervescência social e política que o movimento feminista ressurgiu, não só expressando-se através de protestos públicos, mas sim através do surgimento dos estudos da mulher.

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e divisibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras.

A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a

ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento.

Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas.

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes.

Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental.

A convergência entre a crítica feminista e as formulações dos “filósofos da diferença”, como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida, entre outros, já foi observada por vários intelectuais.

A filosofia pós-moderna propõe, a partir de um solo epistemológico que se constitui fora do marxismo, novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento: a “descrição das dispersões” e não a “síntese das múltiplas determinações”; revelar o processo artificial de construção das unidades conceituais, temáticas supostamente “naturais”: a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades.

E, fundamentalmente, postula a noção de que o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de “reais”. A produção do conhecimento se daria, assim, por outras vias. Como disse Foucault (1986,p.54):

Mas não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar

o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; (...) substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico.

Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes.

Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais.

A categoria do gênero, já observou Joan Scott (1991, p.428.) “não nasce no interior de um sistema de pensamento definido como o conceito de classes em relação ao marxismo”. Embora seja apropriada como instrumento analítico extremamente útil, procede de um campo profundamente diverso daquele que tinha como horizonte a emancipação social de determinados setores sociais.

Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto.



Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico.

É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos - interdisciplinares - sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais.

As possibilidades abertas para os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinos às novas propostas de se falar femininamente das experiências do cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo na Antropologia e na Psicanálise, incorporando a dimensão subjetiva do narrador.

Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica.

Aliás, as práticas passam a ser privilegiadas em relação aos sujeitos sociais, num movimento que me parece bastante democratizador. Assim, e como diria Tânia Navarro Swain (1995, p.91), "o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quando a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução". A realidade já não cede à teoria.

Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e aqui, pode-se

complementar, nos intelectuais e científicos. E o que parece mais importante, sabem inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver.

#### 4.2 O movimento e a teoria

Tendo em vista, que a participação dos movimentos estudantis aparecem ao longo da história, como instrumentos mediadores entre o acadêmico e a Instituição de ensino, com a função de aglutinar as vontades individuais e transformá-las em coletivas, crê-se, que muito embora não seja considerado um movimento popular, possui caráter social, dada sua contribuição histórica.

Nesse mesmo viés, vê-se a sociedade como resultado de um caminho processual, material e também histórico dos seres que nela vivem, onde tudo estrutura-se dialeticamente, numa evolução que corrige-se a si própria. Assim sendo, para poder melhor compreender a participação feminina dentro movimentos sociais, e dentro desses no movimento estudantil, é preciso primeiramente observá-los a nível macro.

A realidade da época em que tal movimento surgiu, fazia com que os jovens – entre eles, também as mulheres - anteriormente pouco expressivos e sem voz ativa diante de uma sociedade ainda patriarcal, ganhassem nova perspectiva no âmbito social, já que passavam de meros grupos em estágio de desenvolvimento, para um grupo crítico, e dotado de ideologias (HOBBSAWM, 1995,p.57) .

Os estudantes, mas especificamente dentro do movimento estudantil, lutavam por uma sociedade igualitária, onde pudessem interagir, serem ouvidos. Na maioria aplastante dos casos, e por atingir com persuasão a muitos grupos, eram silenciados e excluídos pela forma impactante com a qual suas manifestações atingiam o meio político.

A história que permeia a construção dos movimentos estudantis em âmbito nacional, e a conseqüente participação feminina, acompanhou esta

mesma linha de raciocínio, já que também foi definida pelo contexto histórico no qual esteve inserido seu surgimento.

Por ser tratar de um período político conturbado, em que o país “recebia influências originadas dos conflitos que devastavam diversos países, e favoreciam a outros, pode-se concluir que tal movimento precisou de anos de luta até ser efetivamente edificado” (HOBBSAWM, 1995,p.69).

O Estado ganhou mais importância para as mulheres com o surgimento do movimento estudantil: maior mobilização e intervenção das mesmas no sistema político, e o aumento da sua participação em cargos governamentais, e movimentos sociais.

Mesmo com a inserção das garantias estabelecidas pós-ditadura, especificamente no Brasil, com a positivação do princípio da isonomia, em que homens e mulheres deveriam ser tratados igualmente em direitos e obrigações; a realidade fática parecia não acompanhar a verdade trazida pelo texto constitucional, motivo determinante na luta das mulheres pela participação nos movimentos sociais.

A partir de então, uma nova barreira torna-se evidente neste contexto no que toca a questão de sua representatividade: a dificuldade da inserção da representação feminina dentro dos mais variados movimentos.

Ao falar-se em movimento social, e da participação das mulheres dentro deles, necessário elucidar-se um pouco, à respeito da teoria feminista, que acompanhou estas militantes durante toda sua jornada dentro dos mais variados movimentos.

A teoria feminista contemporânea é um campo intrincado e amedrontador. Os conhecidos princípios de igualdade e liberdade, foram aos poucos sendo substituídos pelos complicados bordados da economia marxista e as teorias inacessíveis do significante.

Feministas militantes enfocam a proliferação da teoria feminista com agudo senso de frustração. Ao pensar nesses ditames conflitantes, não se pode evitar o passado sexista ou os vários modos com que as mulheres têm tentado fugir do passado.

Qualquer teoria que utilizemos para entender tal situação, já tem uma história, uma história em que seu significado foi elaborado numa prática feminista e não-feminista.

Acerca de tal teoria, não é demasiado citar Andrea Nye (1990, p.14) em sua obra *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*, se não vejamos:

As mulheres tornando-se cômicas de sua exclusão de uma cultura masculina na qual têm pouco poder, na qual os valores das mulheres não são expressos, não encontram absolutamente a teoria pura, nem há acharão na história feminista, mas sim em um contexto histórico.

Sentindo injustiça em toda parte à sua volta, procurando algum modo de dar sentido à sua experiência e projetar um programa efetivo para ação futura, as mulheres adotaram teorias, sistemas e categorias para racionalizar e justificar suas atividades.

As primeiras justificações sistemáticas dos direitos das mulheres no século XIX foram tomadas de empréstimo à teoria liberal e democrática. A palavra *feminismo* teve origem no contexto político francês, para designar os diferentes grupos que de uma maneira ou de outra, tentaram melhorar a situação das mulheres (DAHL, 1997, p.13)

No século subsequente, este conceito muitas vezes foi aplicado apenas as mulheres, que na política, salientaram as diferenças entre o homem e a mulher, e as características específicas da mulher e sua natureza ímpar. Estas correntes da política feminista foram consideradas “românticas” e, em grande parte, foram substituídas por movimentos políticos mais “racionalistas” quanto à questão de sexos.

De acordo com Dahl (1997,p.21), “ a igualdade de direitos para as mulheres no século XIX e os seus argumentos foram amplamente utilizados na luta pelos direitos das mulheres na viragem do século, entre eles o direito ao voto”.

Todas as correntes feministas, compartilhavam em seu bojo os mesmos ideais: igualdade, justiça e liberdade; é nesse ponto que a teoria feminista pode unir as diferentes orientações numa mesma filosofia e teoria política geral.

Acerca da teoria em tela, vejamos Nye (1990, p.33):

Apesar das diferentes fundamentações políticas e filosóficas, os estudos sobre as mulheres, tratam uma série de temas comuns.

Estes novos domínios de estudo, entram no âmbito da investigação analítica, já que tais estudos analisam o trabalho das mulheres, e uma série de outras diferenças nas experiências e condições de vida de ambos os sexos.

Com a progressiva incorporação das mulheres no movimento estudantil, e também em outros movimento dentro do meio em que viviam, realizou-se uma mudança sem precedentes nas organizações sociais e na própria sociedade, e a liderança transformadora da mulher, tornou-se o veículo para esta metamorfose.

Com a atuação destas, tornou-se possível mudar as relações interpessoais, a vida familiar, as políticas públicas, os interesses e a representação das mulheres, o que fatalmente produz reflexos para um melhor equilíbrio social entre mulheres e homens.

#### 4.3 Os reflexos da participação feminina: o movimento e a sociedade

Para a mulher, as relações são essenciais. Por acreditar que o poder isola sua tendência natural é rejeitá-lo, disso deriva a idéia que muitas mulheres possuíam, de tratar sua participação em movimentos sociais, e de tratar o poder com aversão.

Muitas são as variáveis importantes afetadas pelo redimensionamento da participação da mulher na vida social, senão vejamos (SEN, 2000, p.142):

O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. Mas, indo além dessas variáveis acentuadamente “clássicas”, são também fatores importantes a natureza das disposições empregatícias, as atitudes da família e da sociedade em geral com respeito às atividades econômicas das mulheres e as circunstâncias econômicas e sociais que incentivam ou tolhem a mudança dessas atitudes.

Outra característica limitadora do exercício do poder pelas mulheres consistia em considerar a si, historicamente, sem poder. Ao não assumir seu poder pessoal, a mulher permitia que outro o utilizasse em seu lugar. Torna-se bastante compreensível, portanto, que as mulheres tenham sido vistas como “estrangeiras” quando se tratava de exercer poder e liderança nestes movimentos, que possuíam espaços tradicionalmente masculinos.

Em geral, elas encontravam como primeira e mais resistente barreira, para sua participação em movimentos sociais, o comportamento machista, sendo que, o “gênero” tornou-se uma palavra cada vez mais presente no vocabulário das organizações e movimentos sociais ( CARREIRA, 2001, p.20).

Retomando Amartya Sen (2000, p.133) , é importante recuperar sua lição em torno da necessidade de expandir a condição de agente da mulher:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade.

Ora, é indispensável, portanto, que no Brasil, de um lado se dedique maior atenção às teorias políticas feministas e sua contribuição para as questões de igualdade e justiça políticas e jurídicas, mas também que se busque empreender políticas públicas mais efetivas para a inclusão econômica, política e social da mulher.

Como defendem há muitos anos as feministas, as barreiras impostas às mulheres não encontram fulcro somente em diferenciações ligadas ao sexo. Na realidade, o que acontece é que as distintas socializações as tornam inidentificáveis, assim como suas lideranças. A inadequação aos lugares principais é reforçada através de mecanismos cotidianos, que foram encontrados por muitas mulheres, ainda que elas não estivessem próximas do movimento feminista de nenhuma maneira.

Acerca da afirmativa supra, leia-se Nye (1990, p.69):

No início dos anos setenta, as intelectuais começaram a denunciar as bases da discriminação da mulher no sistema patriarcal. Em meados dessa mesma década, procederam à gigantesca tarefa da análise das ciências humanas a partir da categoria gênero. Em meados dos anos oitenta, já possuíam marcos teóricos suficiente para criar uma nova epistemologia a partir da mulher como sujeito maior de pensamento. No final da década de 1990 já se achavam em pleno desenvolvimento a crítica do pensamento patriarcal subjacente a todas as correntes filosóficas, dos gregos até os nossos dias.

Em que pese a citação supra, é possível observar que as mulheres passaram a ser mais reconhecidas pela própria sociedade, a partir do momento em que se mobilizaram e tomaram partido frente ao contexto em que estavam inseridas.

Neste viés, vale ressaltar que o movimento estudantil, considerado igualmente como meio catalizador, para a efetiva participação das mulheres nos movimentos sociais, obteve significativa relevância, já que as jovens saíam das universidades, dotadas de uma visão mais ampla do seu papel de sociedade.

Diante de tal tema, cabe mencionar Moretti (1994, p.96):

Este tipo de luta das mulheres nos movimentos sociais, mais precisamente no movimento estudantil, vieram contribuir com sua indignação frente a fatores que as excluíssem de alguma maneira, de participar ativamente frente aos aspectos de relevância social. As mulheres militantes, que concluíam a graduação, e deixavam o movimento, para seguir sua carreira, ou mesmo constituir uma família, traziam consigo uma linha de pensamento, em que o princípio basilar, era o da igualdade, liberdade, e principalmente o de ser um sujeito dotado de direitos assim como, qualquer outro cidadão.

A atuação dos estudantes na história, foi vista muitas vezes como um fenômeno secundário, irrelevante a realidade em que estavam inseridos. Pontuou-se muita vezes, que a participação das mulheres nesses movimentos, fosse apenas idealismo, porém a história do ME provou o contrário, já que

deste derivou-se inúmeros fatos relevantes, inclusive o de que a massa feminina, poderia ter voz ativa também frente aos acontecimentos sociais.

Diante do exposto, têm-se que a participação da mulher em movimentos social, e no próprio movimento estudantil, traz a mesma a idéia de que suas opiniões e idéias, podem ser igualmente relevante em conflitos sociais, assim como nas próprias universidades, prova disto, é que muitas mulheres antigas militantes, acabaram se tornando ícones e protagonistas de marcos históricos dentro do país e fora dele.

A militância destas mulheres, as faz acreditar, numa sociedade mais democrática, onde assim como qualquer cidadão, elas possam gozar de todas as garantias assegurados na Constituição, dentre eles, o de igualdade de atuação e direitos, dentro de um Estado Democrático de Direito.



## 5. CONCLUSÃO

No presente estudo, analisou-se primeiramente o conceito de igualdade, e sua evolução dentro da história, percorrendo ainda, acerca dos movimentos deste contexto problematizado, e um breve relato da teoria feminista à luz do Marxismo.

O objetivo central foi mostrar, a relevância da participação das mulheres nos movimentos sociais para a população em geral, mais especificamente, no estudantil.

Verificou-se, por meio de estudo bibliográfico, que a história do Movimento Estudantil, esta ligada a grandes revoluções históricas no cenário mundial, e também no Brasil. Por outro lado, constatou-se a dificuldade de reconhecimento da mulher como membro social, sobretudo com relação a cargos de poder.

Vislumbrou-se, no decorrer do presente estudo, que os movimentos sociais, nele incluindo-se o estudantil, foi precursor de grandes nomes no cenário histórico, responsáveis pela evolução social. Devendo-se considerar ainda, que a atuação das mulheres nesse movimento, também possuiu grande relevância, para sua ascensão como membro pensante e ativo na sociedade.

Por fim, para que a participação feminina no movimento estudantil, bem como nos mais variados movimentos sociais ganhe ainda mais notoriedade, é necessário que estas mulheres estejam acima das barreiras, e do (pré)conceitos acerca de suas ocupações no meio em que vivem, que ainda vêm sendo desmistificadas, haja vista, sua elevada importância no desenvolvimento de uma sociedade equânime em direitos, e obrigações, principalmente em questões de gênero.

Embora os avanços sejam irrefutáveis, tanto no campo epistemológico quanto normativo, o resultado aferível não segue muito além da igualdade formal. Muito embora a legislação garanta formalmente a não discriminação à mulher nas relações sociais, elas ainda são minoria em cargos de direção nas empresas privadas, repartições públicas, universidades, tribunais colegiados, a despeito da formação educacional, que vem paulatinamente superando a de homens. Mulheres continuam subjugadas moralmente e continuam sendo

julgadas por seus comportamentos. Sacralizadas se aceitam o sofrimento ou satanizadas se não se dispõem à tutela do pai, marido, patrão. Há muito que ser feito, tanto no plano conceitual, em que a posição subalterna da mulher é ainda naturalizada e fomenta a manutenção da opressão, naturalizações que devem ser problematizadas como, por exemplo, o papel da mulher na sociedade.

Isso exige uma postura atenta e intolerante às intolerâncias contra a mulher, aos julgamentos fundados em conceitos pré-concebidos, construídos socialmente, mas que setores conservadores da sociedade insistem em colar à pele da mulher como uma marca de nascença indelével.

Conclui-se, dessa forma, que a participação da mulher no movimento estudantil, abre portas para uma nova visão de sua função social, e que o espaço conquistado por ela ao longo dos anos, ainda precisa sofrer modificações significativas, para que sua participação seja ainda mais expressiva, e assim, como consequência, teremos uma sociedade ainda mais democrática.

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo : o ponto de vista marxista**, São Paulo: Nobel, 1996.

ARAUJO, Clara. **Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional**. In: MINELLA, Luzinete Simões, FUNCR, Susana Borneo (Orgs). **Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2006.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, Trad. De Pietro Nasseti, São Paulo, Martin Claret, 2001, p.139.

BAUMAN, Z. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, São Paulo, Editora Campus, 2004, p.105/106.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo : Malheiros, 10<sup>a</sup> edição, 1996.

CANOTILLHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional**, Coimbra, Livraria Almedina, 1991, p.575 e 598.

FOUCAULT, Michel, **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O Ensino Superior no Brasil**, São Paulo, Ed. Vozes, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. 2 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

J. A. da SILVA, **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 31º ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 213.

LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. **Isonomia entre os sexos no sistema jurídico nacional**, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993, p.12/23/30.

MACHADO, Hugo de Brito. **Princípios Jurídicos na Constituição de 1988**, São Paulo, Editora Malheiros, 1992, p.35.

MARQUES, Edgar. **Pluralismo cultural e justiça social. Uma crítica ao comunitarismo de Michael Walzer**. São Paulo: Revista dos tribunais, nº73, 1999, p.53/60.

MITCHELL, Juliet. **A condição da mulher**. São Paulo : Editora Anagrama, 1987.

MOREIRA, Branca. **O que é o feminismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

MORETTI, Serenito. **Movimento Estudantil**. Santa Catarina, Ed. Catarinense, 1994.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofia do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOBOTTKA, Emil. **Justiça e Comunitarismo: entre utopia e ideologia**, 2003.

SCOTT, Joan W., “La Travailleuse”, in G. Duby e M.Perrot (orgs.)- **História Feminista** ,vol.4. Paris:Plon, 1991.

SWAIN, Tânia Navarro, **Feminino/Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico**, Rio de Janeiro: Rocco,1995.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 4º ed. 7º tiragem. Ed. Malheiros: São Paulo, 2006.

TELES, Maria Aurélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.